

ÍNDICE

PREFÁCIO	7
INTRODUÇÃO E ENQUADRAMENTO DA PROBLEMÁTICA	11
1. INTRODUÇÃO	13
2. AS DIFERENTES DIMENSÕES DA PROTEÇÃO DA SAÚDE	21
2.1. Dimensão ética e religiosa	21
2.2. Dimensão científica	27
2.3. Dimensão política	28
2.4. Dimensão social	31
2.5. Dimensão jurídica	34
2.6. Síntese das diferentes dimensões da proteção da saúde	39
PARTE I – A PROTEÇÃO DA SAÚDE COMO OBJETO DE UM DIREITO FUNDAMENTAL	
1. A SAÚDE COMO UM BEM JURÍDICO	43
1.1. A Proteção da Saúde na Constituição	44
1.2. A proteção da saúde no Direito Civil	54
1.3. A proteção da saúde no Direito do Trabalho	60
1.4. A proteção da saúde no Direito Penal	64
1.5. A proteção da saúde no Direito Internacional e no Direito Europeu	66

2.	AS DIMENSÕES DA PROTEÇÃO DA SAÚDE	75
2.1.	A dimensão individual	75
2.2.	A dimensão coletiva	78
3.	AS CONDICIONANTES DA PROTEÇÃO DA SAÚDE	81
3.1.	A educação	82
3.2.	Os fatores sociais e económicos	87
3.3.	Os fatores políticos	92
3.4.	Os fatores ambientais	97

PARTE II – A PROTEÇÃO DA SAÚDE NAS CONSTITUIÇÕES

1.	A RELEVÂNCIA DA SAÚDE NAS CONSTITUIÇÕES MODERNAS	103
1.1.	A relevância indireta nas Constituições do Estado Liberal	103
1.2.	A relevância direta nas Constituições do Estado Social	105
2.	EXCURSO COMPARATIVO	109
2.1.	As Constituições mexicana de 1917 e alemã de 1919	109
2.2.	A Constituição italiana de 1947	112
2.3.	As Constituições dos países nórdicos	113
2.4.	A Constituição espanhola de 1978	115
2.5.	A Constituição brasileira de 1988	116
2.6.	As Constituições dos Estados da Europa Continental após 1989	117
2.7.	As Constituições Marxistas-Leninistas	122
2.8.	Outras Constituições	125
2.9.	Conclusão comparativa	128
3.	A PROTEÇÃO DA SAÚDE NAS CONSTITUIÇÕES PORTUGUESAS	131
3.1.	A proteção da saúde nas Constituições Liberais	132
3.2.	A proteção da saúde na Constituição de 1933	136
3.3.	A proteção da saúde na Constituição de 1976	139
3.3.1.	Os projetos de Constituição e o debate constituinte	142
3.3.2.	O texto de 1976	146
3.3.3.	As revisões constitucionais	152
3.3.4.	A conjugação com a Declaração Universal dos Direitos Humanos	157
3.3.5.	A vinculação a convenções internacionais sobre a saúde	163

PARTE III – A PROTEÇÃO DA SAÚDE ENQUANTO DIREITO FUNDAMENTAL

1.	O SENTIDO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	171
1.1.	Direitos fundamentais e dignidade da pessoa humana	171
1.2.	A complexidade sistemática dos direitos fundamentais	173
1.3.	Direitos fundamentais de liberdade e direitos fundamentais sociais	178
2.	O DIREITO À PROTEÇÃO DA SAÚDE	183
2.1.	Direito e dever	183
2.2.	Conteúdo essencial do objeto do direito à proteção da saúde	215
2.3.	Incumbências do Estado	218
3.	A INTERAÇÃO COM OUTROS DIREITOS	229
3.1.	O direito à vida e à integridade física	229
3.2.	O direito ao desenvolvimento da personalidade	237
3.3.	O direito à reserva da intimidade da vida privada	242
3.3.1.	A proteção da intimidade pessoal	242
3.3.2.	A Proteção dos dados pessoais de saúde	244
3.3.3.	O regime jurídico da proteção de dados pessoais de saúde	249
3.3.4.	A responsabilidade dos profissionais pela proteção dos dados de saúde	256
3.3.5.	A responsabilidade das instituições pela proteção dos dados de saúde	258
3.3.6.	O acesso aos dados pessoais de saúde pelo seu titular	261
3.3.7.	O acesso aos dados pessoais de saúde por terceiros	262
3.4.	O direito à identidade genética	264
3.5.	O direito à liberdade e à segurança física	267
3.6.	O direito de liberdade religiosa	272
3.7.	O direito ao ambiente	277
3.8.	O direito à educação	280
3.9.	Os direitos dos consumidores	282
3.10.	O direito à segurança social	286
4.	AS CATEGORIAS ESPECÍFICAS DE PROTEÇÃO	289
4.1.	As crianças	289

4.2. Os jovens	295
4.3. As pessoas idosas	300
4.4. As pessoas com deficiência	303
5. OS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA PROTEÇÃO	307
5.1. Princípio da universalidade	307
5.2. Princípio da generalidade	318
5.3. Princípio da igualdade	321
5.4. Princípio da proporcionalidade	324
5.5. Princípio da proteção da confiança	328
5.6. Princípio da proteção jurisdicional	331

PARTE IV – A EFETIVAÇÃO DO DIREITO À PROTEÇÃO DA SAÚDE

1. O SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE	341
2. AS VÁRIAS FORMAS DE INTERVENÇÃO DO ESTADO	351
3. AS INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL	357
4. AS ORDENS DOS MÉDICOS E DOS ENFERMEIROS	361
5. OS PROBLEMAS DO FINANCIAMENTO E DA SUSTENTABILIDADE	367
6. A SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL E A ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE	375
CONCLUSÃO	379
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E LEGAIS (CITADAS NO TEXTO)	385